

A cri- se do capitalis- mo maduro

Raúl Prebisch

Tradução de Sílvio G. Rolim

Antes de mais nada, gostaria de manifestar a minha profunda gratidão a todos que me concederam esta honra. Para alguém que durante longos anos lutou na ONU em defesa do Terceiro Mundo como uma parte essencial do desenvolvimento mundial, este prêmio tem um significado profundo.

Tenho o privilégio intelectual, se me permitem a expressão, de haver testemunhado a primeira grande crise do capitalismo, a depressão mundial dos anos 30. Presencio agora o desabrochar imprevisto da segunda grande crise — mais complexa e difícil de enfrentar. Durante a primeira tive que abandonar algumas teorias convencionais herdadas dos países centrais, num esforço de revisão teórica que continuei através dos anos. Agora espero que os economistas das nações adiantadas revisem suas teorias a fim de interpretar os acontecimentos que os deixam perplexos.

Permitam-me descrever em poucas palavras como vejo a crise do capitalismo avançado. Comentarei em seguida sua incidência sobre a periferia da economia mundial.

Sei que corro o risco de ser acusado

— com razão — de ultrapassar as fronteiras da minha experiência. De qualquer maneira, meus erros não serão maiores do que os cometidos por alguns economistas dos centros ao analisarem, com seus dogmas de alcance limitado, os problemas da periferia.

É evidente que, apesar da manutenção do alto nível de produtividade, o processo econômico dos Estados Unidos está sendo submetido a uma tensão séria e crescente. Uma ânsia frenética de consumo e gastos sociais e militares substanciais tende a dificultar a acumulação produtiva de capital. Parece-me, além disso, que esta combinação de demandas diferentes e conflitantes sobrepujou o crescimento da produção total dos Estados Unidos. O resultado foi a inflação e a necessidade de recorrer a uma parte da produção do resto do mundo, que foi paga através de enorme criação de dólares. Graças a Bretton Woods a inflação americana pôde se propagar livremente, por toda a órbita capitalista.

Além do mais, esses fenômenos muito graves coincidiram ou foram, de alguma maneira, responsáveis pelo súbito aumento do preço mundial da energia, que deveria ter ocorrido muito antes, a fim

de restringir a exploração irresponsável de um recurso natural exaurível e inverter a marcha de um esforço totalmente equivocado de pesquisa tecnológica. A isto deve-se acrescentar uma deterioração ecológica muito séria.

O que dizer do papel das forças do mercado na alocação dos recursos produtivos? Elas têm sido capazes de enfrentar a ambivalência da tecnologia?

Obviamente, parte da alta produtividade decorrente do impressionante avanço tecnológico foi obtida à custa do capital natural da biosfera. Havia um elemento falso nessa alta produtividade.

Tudo isto acrescenta uma nova dimensão às tensões, às quais o processo econômico está submetido. Ao mesmo tempo, uma grande quantidade de capital adicional torna-se necessária para restaurar um equilíbrio entre a produção e os usos conflitantes que dela se fazem.

Até onde vai o meu modesto conhecimento, não vejo de que maneira este problema pode ser resolvido sem reduzir o consumo dos ricos. Este é um gigantesco problema político e também social. Como conseguir isto? O atual mecanismo social de acumulação de capital e distribuição de renda é adequado?

Seja lá o que for, da perspectiva da periferia é impressionante ver de que maneira o problema vem sendo enfrentado. Após muitos anos de elaboração teórica, a política monetária revelou-se totalmente contraproducente. A inflação foi atenuada — e não eliminada — a um alto custo econômico e social, reduzindo drasticamente a produção e o emprego. Que ciência sinistra! John Ruskin poderia exclamar de novo.

Que ciência sinistra!

Analisemos agora o que acontece no Terceiro Mundo, tendo em mente sobretudo os países latino-americanos, que conheço melhor, ainda que algumas das minhas observações se apliquem ao resto da periferia. O desenvolvimento periférico é uma parte assimétrica do processo de expansão do capitalismo mundial. De fato, os países atualmente adiantados foram e continuaram sendo centrípetos ao longo de um desenvolvimento histórico, no qual coube à periferia um papel dependente e subsidiário. Não havia forças espontâneas de expansão da industrialização fora dos centros.

As inovações tecnológicas aí se concentraram, trazendo com elas um enorme aumento da produtividade, da acumula-

ção de capital e da demanda, com grande ímpeto para uma marcante diversificação de bens e serviços.

Os aumentos contínuos da produtividade não foram transferidos para o resto do mundo através de preços decrescentes. Para bem ou para mal, o capitalismo teria sido muito diferente se isto tivesse acontecido.

Conseqüentemente, registrou-se um considerável atraso histórico no desenvolvimento da periferia. A industrialização foi o resultado de uma ação deliberada por parte dos nossos países durante as duas grandes guerras e, particularmente, durante a grande depressão.

Este desenvolvimento iniciou-se sob condições de inferioridade tecnológica e econômica. Mesmo assim, os países em desenvolvimento tentaram, cada vez mais, imitar os padrões de consumo dos países centrais. Esta foi uma das mais flagrantes contradições em nossa tentativa de desenvolvimento à imagem e semelhança dos centros.

A origem desta contradição entre baixa produtividade e consumo avançado repousa nas grandes disparidades de distribuição da renda. Os frutos da produtividade, tanto na agricultura quanto na indústria, concentraram-se principalmente nas camadas sociais superiores que detêm uma grande parcela dos meios de produção. Este foi o resultado da absoluta heterogeneidade social. Grandes parcelas da força de trabalho encontravam-se nas camadas inferiores da pirâmide de renda, com rendimentos muito baixos; e sua competição com aqueles empregados em setores de maior produtividade dificultou, consideravelmente, a transferência desses aumentos de produtividade para os seus salários.

Esta é a origem do excedente econômico. O excedente é a parte substancial dos frutos do progresso tecnológico apropriada pelos detentores dos meios de produção; ele não é difundido para o conjunto da sociedade, através de preços mais baixos.

O excedente econômico é de suprema importância. Ele é a principal fonte de acumulação de capital. Mas ao mesmo tempo é a base da sociedade de consumo para privilegiados, estimulada incessantemente pelos meios de comunicação de massa, em detrimento da acumulação de capital, uma acumulação essencial para absorver, progressivamente, com tecnologia superior, a força de trabalho das camadas sociais inferiores. Esta é uma

das principais razões da tendência do capitalismo periférico de excluir grandes massas da população, uma tendência agravada pelo excepcional índice de crescimento populacional, principalmente nas camadas inferiores: outra consequência do progresso científico e tecnológico.

Permítam-me lembrar que há alguns anos faziam-se com frequência referências a milagres econômicos na América Latina. A imagem do Japão excitava a imaginação de economistas entusiasmados, levando-os longe demais! O capitalismo japonês sempre foi muito austero e cerca de um terço de sua produção global destinou-se à acumulação, o que era facilitado pelo fato de que os gastos militares, perfazendo anteriormente 1% da produção, fossem reduzidos a cifras muito pequenas. Finalmente, entre outros fatores favoráveis importantes cabe registrar que a reforma agrária foi introduzida pelo Exército de Ocupação, evitando os distúrbios políticos e sociais que costumam acompanhá-la — expediente eficaz, desde que o Exército de Ocupação não demore em se retirar! O oposto ocorreu no resto do mundo. Nos anos 50, uma audaciosa tentativa de reforma agrária na Guatemala foi reprimida por um exército formado de mercenários estrangeiros, em nome do anticomunismo.

Fiz uma referência à tendência do capitalismo periférico de excluir grandes massas da população. Mas isto não é tudo. Com o tempo, o nosso capitalismo revela uma tendência crescente a gerar conflitos sociais. Gostaria de explicar como isto acontece, da maneira mais simples possível.

A expansão contínua do excedente econômico constitui um requisito dinâmico essencial do sistema, pois este necessita da acumulação crescente de capital, que é facilmente obtida na medida em que a força de trabalho for incapaz de participar substancialmente dos frutos da elevação da produtividade. No entanto, este não é um processo estático. No decurso desse processo, ocorrem alterações contínuas na estrutura social e uma das mais significativas é o desenvolvimento do poder sindical e político da força de trabalho, isto é, o poder redistributivo das massas, que contrabalança o poder daqueles que nas camadas sociais superiores se apropriaram do excedente.

Sabemos muito bem que as teorias convencionais ignoram as estruturas so-

ciais e suas mutações. Como é possível explicar o desenvolvimento e a distribuição de renda com teorias econômicas puras e assépticas baseadas no jogo livre das forças do mercado? O mercado tem grande importância, tanto econômica como política, mas eu não atribuo ao mercado o papel de supremo regulador das atividades econômicas. Longe disso! É preciso distinguir qual é essa estrutura social e quais as relações de poder que estão por trás do mercado.

O uso do poder de redistribuição permite que a força de trabalho participe, cada vez mais, dos frutos do desenvolvimento através de melhores salários. Isto não se aplica exclusivamente a empregados das empresas mas também ao resto da força de trabalho, principalmente aquela ocupada no Estado. Esta última se apropria, desses frutos, em boa medida, através da intermediação das primeiras. Na verdade, uma proporção considerável dos impostos exigidos pelo crescimento do Estado recai, de uma maneira ou de outra, sobre os ombros da força de trabalho alocada nas empresas. Quando existe poder sindical e político, a força de trabalho das empresas — e também a do Estado — tentam recuperar a perda de suas rendas exigindo melhor pagamento.

O Estado é um grande empregador de mão-de-obra e, também, de mão-de-obra espúria, desnecessária de um ponto de vista econômico. Mas esta absorção espúria é necessária de um ponto de vista social, pois o sistema é incapaz de resolver o problema do emprego, em boa medida, devido ao desperdício do potencial de acumulação de capital, típico da sociedade de consumo para privilegiados.

Além disso, o Estado apresenta uma tendência clara à hipertrofia, sob o impulso de sua própria dinâmica e do crescimento dos serviços sociais e dos gastos com bens exigidos pelas funções civis e militares.

Enquanto isto, o que acontece ao excedente? Ele é submetido a dois impulsos contrários. Por um lado, ele cresce, graças aos sucessivos aumentos da produtividade, mas, por outro, diminui, em virtude do processo de redistribuição e dos impostos, que não recaem sobre a força de trabalho, mas sim, direta ou indiretamente, sobre o excedente. E o sistema funciona regularmente, desde que, em decorrência desses movimentos opo-

O capitalismo periférico tende a excluir grandes massas

Frustrado o Capitalismo de imitação

tos, o excedente continue a crescer, ainda que a uma taxa declinante.

De qualquer maneira, com o avanço do processo de desenvolvimento, a pressão da força de trabalho e do Estado e também a drenagem da renda pelas economias centrais — assunto de que me ocuparei mais tarde — tendem a absorver o aumento da produtividade. Este é o limite dinâmico crítico do sistema. Além desse limite o excedente diminui em vez de crescer, o mesmo acontecendo à acumulação de capital e, de maneira correspondente, ao índice de emprego; um fenômeno complexo, no qual as empresas finalmente reagem com preços mais altos para assegurar seu excedente. Quando a força de trabalho e o Estado continuam a exercer pressão, a elevação dos preços é acompanhada pelos salários. Em outras palavras, essa pressão dupla se resolve através da espiral inflacionária; uma inflação social diferente da tradicional, que tem infestado nossos países e que frequentemente supera a inflação social.

Nós da América Latina temos o duvidoso privilégio de ser os precursores da inflação social. E sabemos que a política monetária é absolutamente incapaz de enfrentá-la. A restrição creditícia não tem a virtude de interromper essa pressão dupla sobre o excedente e, portanto, não contrabalança a espiral; na melhor das hipóteses pode atenuá-la.

O poder sindical e político da força de trabalho, assim como o impressionante crescimento das funções do Estado acompanham o processo de democratização. Quando ele é frágil ou manipulado de cima — das várias maneiras descritas pelos cientistas políticos —, não há obstáculos à realização do requisito dinâmico de crescimento contínuo do excedente. No entanto, isto se torna cada vez mais difícil quando o processo de democratização conhece um avanço real (não aparente) e a pressão social da força de trabalho e do Estado impulsionam o sistema até seu limite crítico.

Em resumo: o avanço das transformações estruturais do capitalismo periférico gera uma contradição entre o processo de democratização e o processo de apropriação e redistribuição do excedente. Existem apenas duas opções para resolver esta contradição: uma é transformar o sistema e a outra é recorrer à força a fim de suprimir as instituições democráticas. Não preciso dizer qual a opção que prevalece na América Latina. Um enor-

me sacrifício social e político é essencial para restaurar a dinâmica de expansão do excedente e para dar ímpeto à sociedade de consumo para privilegiados!

Agora é preciso salientar algo de fundamental importância para a compreensão do sistema. No limite crítico (após um crescimento contínuo), o excedente atinge suas dimensões máximas. Consequentemente, existe ampla margem para uma maior acumulação e redistribuição. Mas a dinâmica do sistema não permite que isto aconteça. Na verdade, o capitalismo periférico é baseado em uma grande desigualdade social. A desigualdade pode ser corrigida e o consumo privado e social da força de trabalho pode ser estendido até aquele limite, mas não além dele. Quando forças sociais e políticas tentam ultrapassar esse limite crítico, o sistema reage, mais cedo ou mais tarde, com a espiral inflacionária.

Este é o resultado do desenvolvimento à imagem e semelhança das economias centrais: a frustração do capitalismo de imitação!

Qual é a atitude dos centros? Eles incentivam este tipo de desenvolvimento periférico. Induzem suas empresas transnacionais a participar ativamente desse processo. Na ânsia de modernizar suas economias, os países em desenvolvimento abrem as portas às multinacionais, que agem não só onde sua atuação é positiva, mas também onde ela é negativa. De qualquer maneira, as multinacionais trazem novas formas de dependência.

Desta maneira, os centros estão jogando suas cartas em favor de um tipo de desenvolvimento baseado em uma terrível desigualdade social. Mas, também aqui existe uma contradição. Não se pode negar que as multinacionais prestam importante contribuição ao crescimento do excedente. Ao mesmo tempo, porém, elas sugam uma parte considerável desse excedente em detrimento da acumulação de capital.

O resultado de tudo isso é muito grave. Os países em desenvolvimento precisam, de qualquer maneira, aumentar suas exportações para os centros a fim de satisfazer a crescente necessidade de importações, inerente ao processo de desenvolvimento; esperava-se das multinacionais que elas internacionalizassem a produção e promovessem as exportações para os países centrais. Mas elas preferem dar grande ímpeto à internacionali-

zação do consumo. Elas exaltam a sociedade de consumo perversa dos países periféricos.

Não resta a menor dúvida de que as multinacionais, assim como as empresas nacionais, estão desempenhando um papel útil na ampliação do comércio entre os países em desenvolvimento. No entanto, seu papel é relativamente pequeno em relação aos centros.

Mais uma vez deparamos com as conseqüências do caráter centrípeto do capitalismo avançado. No passado, as economias centrais não promoviam a industrialização da periferia. Atualmente, elas não estimulam suas exportações de produtos manufaturados. Inovações tecnológicas continuam ocorrendo nos centros e as multinacionais preferem, obviamente, investir onde existe uma infra-estrutura tecnológica adequada e um mercado substancial em expansão. Este não é o caso da periferia, onde as multinacionais investem em resposta a inovações de segunda linha (já superadas nos centros), exceto talvez em poucos casos de peças e componentes, na verdade uma forma muito precária de industrialização!

Conseqüentemente, neste processo de inovações contínuas e de diversificação de mercadorias, a periferia foi mais uma vez deixada de lado. Os dois ciclos de liberalização do comércio, o de Kennedy e o de Tóquio, promoveram um enorme aumento do comércio de bens industrializados entre os centros, mas trouxeram pouco benefício para a periferia. Essas mercadorias dos países periféricos não receberam nenhuma facilidade significativa, mesmo quando firmas nacionais adquiriram capacidade competitiva ou quando isto poderia acontecer se os mercados fossem ampliados. O protecionismo persiste e tem até mesmo aumentado.

Porta-vozes dos centros têm condenado com freqüência a substituição de importações na periferia. No entanto, ela não foi originalmente uma questão de preferência doutrinária. Foi algo imposto pelos fatos e assim continua sendo. Quanto mais os centros relutam em adotar uma política liberal, mais a periferia é obrigada a substituir as importações por produção doméstica, na medida em que não pode expandir as exportações.

Isto não justifica os freqüentes abusos dos políticos protecionistas e as numerosas falhas e incongruências da substituição de importações. Nem redime os paí-

ses periféricos por não terem promovido o comércio recíproco, contrabalançando desta maneira a lamentável fragmentação de suas economias, provocada pelo velho padrão da divisão do comércio entre a periferia e os centros.

O que estou tentando demonstrar é que o desenvolvimento exige mudanças na estrutura produtiva da periferia, mudanças que demandam uma resposta positiva dos centros. E a relutância dos países centrais em aceitar esta verdade simples é espantosa. A vulnerabilidade externa constitui um exemplo concreto. A ortodoxia monetária determina a limitação da produção e do emprego a fim de reduzir as importações e restaurar o equilíbrio externo. Mas, recentemente,¹ o diretor administrativo do FMI reagiu contra este princípio sacrossanto. Ele reconheceu a necessidade de introdução de reformas estruturais para enfrentar os desequilíbrios da balança de pagamentos. O Banco Mundial já decidira conceder empréstimos com essa finalidade. Meus aplausos para esta atitude de Monsieur de Larosière e Mr. McNamara! Como teria sido bom se esses dois destacados executivos internacionais estivessem na linha de frente há alguns anos quando a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) defendia alterações estruturais por meio da promoção das exportações e da substituição das importações a fim de neutralizar a vulnerabilidade externa.

A UNCTAD foi criada há quase vinte anos para resolver essas questões comerciais e outros aspectos da cooperação dos centros com os países em desenvolvimento. Um grande esforço, realmente! No entanto os resultados foram poucos. Esses vinte anos foram um período de extraordinária prosperidade para os centros, até a primeira parte da década de 70, e muito poderia ter sido feito. Quais são as perspectivas agora?

O esclarecedor e veemente relatório Brandt tem um mérito singular — e o senhor, presidente, é responsável em grande parte por ele —, o mérito de obter uma coincidência de opiniões entre homens eminentes do Norte e do Sul em relação a medidas de enorme importância. Espero que um próximo encontro de presidentes na Cidade do México, sob os auspícios do presidente López Portillo, abra o caminho para uma ação urgente. Não obstante a crise nos centros, medidas importantes podem ser tomadas para enfrentar sua incidência

¹ IMF Survey, Washington DC, 9 February 1981, vol. 10, n.º 3, p. 35.

nos países não produtores de petróleo da periferia.

Pergunto-me se nessas condições difíceis é realista esperar uma resposta positiva dos centros aos problemas da periferia. Temo que as tensões internas e as falhas do sistema se agravem muito (acho mesmo que, na verdade, elas se estão tornando extremamente graves em alguns casos).

Relações assustadoramente instáveis entre os centros e a periferia

De qualquer maneira, apesar da crise dos centros, existem possibilidades de ação conjunta. Penso que os recursos financeiros excedentes do petróleo podem ser um elemento decisivo para aliviar progressivamente ou até mesmo solucionar as atuais dificuldades. Pouco tempo depois do aumento dos preços do petróleo, o secretário-geral Waldheim apresentou à Assembléia Geral um pequeno relatório, no qual era defendida uma reversão triangular do excedente do petróleo, propunha um acordo tripartido, através do qual uma crescente proporção do excedente seria investida na periferia, nos setores da energia e da agricultura e em alterações na estrutura de produção, para aumentar o comércio recíproco do Terceiro Mundo — na medida em que o comércio com os centros, na melhor das hipóteses, não seria suficiente para atender às crescentes necessidades de importação dos países em desenvolvimento. Considerou-se o papel dos centros de importância fundamental neste arranjo tripartido, pois eles utilizariam seus próprios recursos econômicos e tecnológicos para a finalidade proposta. Tudo isto lhes traria grande recompensa, uma vez que aquela parte do excedente do petróleo reverteria, em última análise, em seu benefício, através da exportação de bens de capital, aliviando desta forma a pressão sobre a sua balança de pagamentos.

No entanto, nada de importante foi obtido nos anos de procrastinação que se seguiram, e nada se fez para acompanhar o exemplo do México e da Venezuela em sua oferta de condições de pagamento favoráveis para as importações de petróleo pelos países mais seriamente afetados.

Ao invés de uma ação de longo alcance, coube ao mercado do eurodólar resolver precariamente os problemas mais urgentes daqueles países mais ricos: outra prova evidente da falta de presciência reinante.

Ao encerrar este discurso gostaria de levantar uma questão que me preocupou profundamente durante meus anos na UNCTAD e que hoje me preocupa ainda mais. Qual o verdadeiro interesse dos centros por uma política esclarecida de cooperação com o Terceiro Mundo? Seria uma presunção da minha parte dizer-lhes qual o seu interesse de longo prazo. Se eles visarem à estabilidade da periferia posso dizer, sem hesitação, que o que foi feito — ou melhor, o que não foi feito — em relação à periferia contribuiu seriamente para acentuar as condições internas responsáveis pela instabilidade social e política. Entretanto, que tipo de estabilidade pretendem? Ela será lograda antes ou depois de profundas mudanças na periferia? As relações entre os centros e a periferia têm sido assustadoramente instáveis. O relatório Brandt realçou vigorosamente as dramáticas consequências deste fato.

Parafraseando uma máxima famosa, o desenvolvimento mundial é um assunto muito sério para ser deixado inteiramente nas mãos das multinacionais!

Elas são um exemplo de iniciativa e de tecnologia. No entanto, a experiência mostra que é necessário criar novas condições estruturais para obter uma coincidência entre os incentivos econômicos que determinam o comportamento das empresas transnacionais — e também das nacionais — e os objetivos econômicos, sociais e políticos nos planos nacional e internacional.

Estes são objetivos éticos. Dois séculos de crença nas forças do mercado sufocaram o sentido da finalidade ética.

Finalidade ética e racionalidade para concretizá-la!

Este é o significado da atual crise mundial do capitalismo, que tende a ficar cada vez mais séria e à qual os sistemas socialistas também não parecem estar imunes.

De qualquer maneira é animador lembrar que, com frequência, as crises provocam grandes ebulições intelectuais. Novas idéias são necessárias. Idéias novas e novas formas de ação. Homens ousados e de visão para colocá-las em prática. Esperemos o melhor, neste momento significativo da história humana.

Raúl Prebisch é economista argentino, diretor da CEPAL, e é autor do célebre *Estudio económico de América Latina*, 1949, matriz do pensamento econômico cepalino.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 2,1, p. 19-24, abr. 63
